

**Expresso**

31-08-2013

**Periodicidade:** Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Política**Dimensão:** 126**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 40**Henrique Monteiro**

hmonteiro@expresso.impresa.pt

## A CÉLEBRE EQUIDADE

**N**ão se pode cortar subsídios na Função Pública, não é legal. Não há despedimentos por razões económicas na administração pública, o TC declarou-o ilegal, concordando com as dúvidas do Presidente da República.

Eu compreendo tudo isto, sei que tem de haver limites mesmo em alturas de exceção, que não pode ser tudo possível.

No entanto, tenho um drama que penso ser partilhado por muita gente: não fazendo um golpe inconstitucional, o que se pode fazer para cortar a despesa do Estado? O que se pode fazer para que não continuemos a pagar estes impostos? O que se pode fazer para que haja um orçamento equilibrado? Não tenho dúvidas de que os cortes nas pensões também são inconstitucionais. E sendo assim, o que se faz?

O problema essencial não pode estar no texto da Constituição (igual para sectores público e privado), mas na leitura que dele se faz. Não tenho habilitações para avaliar juridicamente essa leitura. Porém, como a todos os leigos, entra pelos olhos dentro esta ideia: tudo o que o TC recusa para o Estado se faz dia a dia no privado, para não falar dos recibos verdes do próprio Estado. Despedimentos, cortes de salários, de regalias. As empresas fazem-no para não falirem. Mas o Estado nunca encerra — cobra mais! Não há, deste modo, lei igual para todos, não existe a célebre 'equidade'. Há um Estado que resiste, que se defende a si mesmo de uma reforma. E que para tal nos confisca e suga os rendimentos — em impostos, em taxas, em certificações, em regulações. Pagamos o monstro (e os próprios funcionários públicos o pagam) e sentimos desmoronar as nossas vidas, os nossos lares, as nossas empresas. Não será isto inconstitucional?